

3 ESTADO DE S. PAULO

10 OUT 1985

ANC 88  
Pasta 10/85-1  
099/1985

Ass Const

10 OUT 1985

O ESTADO DE S. PAULO — 5

# Emenda Sarney obtém quórum

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

A garantia de apoio político-parlamentar à emenda Sarney que convoca a Assembleia Constituinte foi o principal motivo da reunião de anteontem, à noite, na residência oficial do presidente da Câmara, entre os líderes partidários da Câmara e do Senado e o presidente, o vice-presidente e o relator da comissão mista do Congresso que examina a matéria. O objetivo foi alcançado.

Esta é a opinião manifestada ontem pelos líderes do PT, deputado Djalma Bom (SP), do PDT, Nadir Rossetti (RS) e Gastone Righi (SP), do PTB. O líder do PT colocou-se contra a aprovação pura e simples da emenda Sarney e o líder do PDT apresentou restrições. O relator Flávio Bierrenbach comprometeu-se a apresentar seu parecer dia 15, na comissão mista, dando conhecimento

prévio às lideranças, em reunião marcada para esse dia. A emenda deverá ser submetida ao plenário do Congresso nos dias 21, 22 e 23 deste mês. Na próxima terça-feira o PDS oficializará seu apoio à emenda.

Na reunião de anteontem, as lideranças do PFL, PMDB e PDS manifestaram-se a favor da aprovação da íntegra da proposta do Executivo. O líder Pimenta da Veiga defendeu a alteração dos prazos de desincompatibilização para ocupantes de cargos do Executivo que pretendem concorrer à Constituinte. Pimenta da Veiga quer uma desincompatibilização de seis meses para os detentores de mandato parlamentar e nove meses para os demais.

A proposta do líder governista não conta com o apoio do deputado Flávio Bierrenbach que, durante a reunião, anunciou a intenção de não conceder tratamento diferenciado ao

ocupante de cargos do Executivo que não disputar as eleições de 86. Na sua opinião, não se pode "criar privilégios durante a disputa eleitoral".

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, defendeu apenas a sua própria proposta de criação de uma comissão representativa da Constituinte para legislar ordinariamente enquanto estiver funcionando a futura Assembleia. A idéia foi refutada pelas lideranças presentes, menos pelo deputado Pimenta da Veiga, que também sugeriu o referendo popular para emendas aprovadas pela Constituinte com apenas 60% dos votos. Da mesma forma, os líderes partidários foram contra, enquanto os deputados Ulysses Guimarães, Djalma Bom e Flávio Bierrenbach não manifestaram opinião.

O líder do PDT, Nadir Rossetti, deixou claro que a bancada do seu partido votará contra a emenda do

governo, se não for ampliada a anistia para alcançar os militares e civis punidos pelo regime de 64, posição que também deverá ser adotada pelo PT, segundo previsões do deputado Flávio Bierrenbach.

O problema da anistia foi discutido também na reunião reservada de ontem da Comissão Executiva Nacional do PMDB. O secretário-geral do partido, deputado Roberto Cardoso Alves (SP), observou que o programa do PMDB defende a anistia ampla, geral e irrestrita e, portanto, "não podemos recuar um milímetro". Mas ponderou que o caminho não é o da subemenda Uequed, mas de um projeto de lei.

Ulysses Guimarães, por sua vez, observou que o PMDB está examinando cuidadosamente o assunto. Segundo o presidente da Câmara e do PMDB, "este é um assunto importante e não podemos decidir sem as devidas precauções".